

## Biblioteconomia jurídica em Portugal: análise da evolução dos contextos de formação e especialização

Ana Martinho

Paula Ochôa

Apresentam-se as características da Biblioteconomia Jurídica em Portugal, analisando e discutindo as várias fases da sua evolução, dando realce aos contextos de formação e especialização no mercado de trabalho e nas políticas para o Ensino Superior nos últimos 40 anos: a formação académica, a formação profissional, a evolução da carreira de biblioteca e documentação e as dinâmicas profissionais. São identificados os principais marcos, iniciativas e questões envolvendo o meio profissional e académico.

**Palavras-chave:** Biblioteconomia Jurídica - Portugal. Bibliotecário jurídico - Formação - Portugal

## Law librarianship in Portugal: Analysis of the evolution of contexts of training and expertise

This article presents the characteristics of the Law Librarianship in Portugal, analyzing and discussing the various stages of its development within labour market and higher education policies, giving emphasis to the training contexts and specialization in the last 40 years: academic education, vocational training, development of library career and documentation and professional dynamics . The milestones, main initiatives and issues involving the professional and academic world are identified.

**Keywords:** Law Librarianship - Portugal. Law librarian - Training - Portugal

**Ana Martinho**

Doutora em Ciência da Informação.

anamartinho.50@gmail.com

**Paula Ochôa**

Investigadora Integrada CHAM (FCSH-UNL-UA). Doutora em Ciência da Informação.

poc.paula@gmail.com

## 1 ENQUADRAMENTO DO CONCEITO EM PORTUGAL

A Biblioteconomia Jurídica assume-se como um ramo importante e especializado do saber biblioteconómico, para melhor conceptualizar, da Ciência da Informação e Documentação; detentora de uma terminologia própria, possui uma herança impressa muito rica, alimentada e utilizada durante anos por advogados, professores de Direito, juristas, editores e bibliotecários jurídicos. Mas não são apenas estes especialistas a utilizar a informação jurídica, o público, a sociedade em geral é também afetada pelo Direito, pois as leis destinam-se ou servem toda a comunidade.

Daí que não seja demais acentuar o papel relevante exercido pelas bibliotecas jurídicas e seus profissionais não apenas na profissão jurídica – a nível académico, no ensino e investigação e a nível do desempenho da prática – mas também no dia a dia dos cidadãos. A importância da Biblioteconomia Jurídica justifica-se, assim, pelo profundo impacto que o Direito tem na sociedade.

A interdisciplinaridade entre a Ciência Jurídica e a Ciência da Informação confere atualidade e relevância a este ramo do saber, permitindo aproximá-lo das novas teorias do conhecimento. Inicialmente considerados transdisciplinares, os estudos biblioteconómicos assumem-se também como interdisciplinares, em especial no que respeita à Biblioteconomia Jurídica, pelas relações estabelecidas entre as duas áreas envolvidas. López-Cózar (2002, p. 229) afirma que a investigação em Ciências da Informação e Documentação deve ser interdisciplinar nos objetivos, nas metodologias, nos temas e equipas de trabalho, de forma a promover o estreitamento de relações com outros ramos do conhecimento; o lugar privilegiado que ocupa, transversal e de proximidade com as restantes disciplinas científicas, facilita o cumprimento destes desígnios.

Uma das primeiras manifestações da Biblioteconomia Jurídica em Portugal, enquanto conceito relacionado com a análise, o tratamento e a organização da documentação jurídica de modo a facilitar o seu acesso aos utilizadores, consistiu na obra de Eduardo Alves de Sá, Doutor em Direito e Advogado em Lisboa, *Bibliographia Jurídica Portugalensis* (SÁ, 1898).

Trabalho pioneiro no sector e megalómano nos objetivos, com ele o autor pretendeu adaptar a prática da Classificação Decimal Dewey, à data quase desconhecida em Portugal conforme o próprio afirmou, à documentação de carácter jurídico.

Na linha dos trabalhos desenvolvidos por Paul Otlet e H. Lafontaine, que consideraram esta classificação como “*única, uniforme, aplicável a todas as ciencias, adoptada por todos os paizes e universalmente entendida*”, o autor assume a sua extrema simplicidade e apresenta os princípios gerais da classificação das matérias jurídicas, da sua divisão em classes e sub-classes. Inserida na *Bibliographia Universalis*, da responsabilidade do *Office International de Bibliographie*, obra de grande dimensão, que procurou reunir bibliografias e repertórios específicos em todas as áreas científicas, a *Bibliographia Jurídica Portugalensis* empreendida pelo autor, além de aplicar os princípios da Classificação Decimal Dewey ao Direito, reflete a cooperação portuguesa num projecto internacional de grande vulto de características interdisciplinares. O objetivo desta obra em que o autor pretendeu traçar *as linhas geraes da litteratura jurídica portuguesa*, consistiu na inventariação, classificação e descrição, segundo o sistema Dewey, de toda a produção científica jurídica portuguesa editada até à data; procurou, ainda, através do sistema de fichas móveis e da sua utilização pelas bibliotecas possuidoras de documentação jurídica, propor uma nova organização dos catálogos, de modo a permitir uma *localização perfeita das matérias*, propósito defendido por Lafontaine e Otlet, o qual consistia, segundo o autor, no *princípio fundamental da ordem na Bibliographia* (MARTINHO, 2011).

Nas últimas décadas, o ambiente da informação jurídica quer em Portugal quer no estrangeiro, foi alvo de grandes mutações, devido principalmente ao desenvolvimento e evolução do Direito, que levou à criação de novas áreas jurídicas, a um aumento das fontes de informação e ao surgimento de novos suportes. As novas tecnologias aplicadas ao Direito, em especial a digital, provocaram uma mudança radical em todo o processo de produção e difusão do conhecimento, pois exigiram novas formas de organização, maiores facilidades de acesso às fontes, aumento das capacidades de difusão (maior precisão e rigor, maior número de utilizadores atingido, maior rapidez do processo e, por conseguinte, a garantia de uma maior atualidade da informação difundida), possibilitando ainda o desenvolvimento de produtos adequados às atuais necessidades de informação dos utilizadores (MARTINHO, 2006).

Da mesma forma, o aumento exponencial das fontes de informação jurídica, nos seus diversos suportes, conduziu à necessidade sentida pelas bibliotecas de as incluir nas suas coleções ou de aceder com facilidade aos conteúdos, o que levou ao reconhecimento da imprescindibilidade da Biblioteconomia Jurídica e do profissional capaz de efetuar uma eficaz gestão desta informação.

Não podemos, ainda, menosprezar as questões relacionadas com as recentes alterações ocorridas em todo o ambiente da edição jurídica, que se prendem com fusões e aquisições de editoras, edição de periódicos *on-line* e respetivas assinaturas, bem como com os substanciais acréscimos de preços refletidos nos orçamentos das bibliotecas, os quais resultam também, em certa medida e, à semelhança de outros sectores em Portugal, da grave crise económica que o país atravessa.

Em suma, todo o ambiente da informação jurídica, do qual fazem parte produtores de informação, criadores de conteúdos, editores, utilizadores, bibliotecários e bibliotecas, viu-se recentemente envolvido numa alteração radical que se traduziu na criação e desenvolvimento de bases de dados e plataformas jurídicas, cada vez mais complexas e ricas de conteúdos, a par das novas funcionalidades do *world wide web*.

Esta mudança exigiu igualmente, por parte dos utilizadores diretos e dos profissionais de informação jurídica a aquisição das competências necessárias ao acompanhamento da evolução em curso nas últimas décadas.

No entanto, apesar de tudo isto, podemos afirmar que o âmago da missão da profissão permaneceu inalterável – ajustar o conhecimento jurídico existente às necessidades das pessoas por meio da preservação da informação e otimização do seu acesso.

Esta é, sem dúvida, uma profissão em mudança, quer em Portugal quer no estrangeiro, sujeita a efeitos externos e, por isso mesmo, alvo de grandes incertezas quanto ao futuro; mas, sendo a mudança suscetível de trazer oportunidades únicas, há que aproveitar este período nas bibliotecas jurídicas e na profissão como a altura certa para as transformar, para as melhorar e adequar ao tempo presente. Considerando a relevância atual da promoção de estudos comparativos sobre as transformações relativas à Biblioteconomia Jurídica, pretende-se, neste artigo, traçar as suas modalidades, ritmos e especificidades em Portugal, refletindo sobre desafios futuros e assim contribuir para os debates em curso nos países lusófonos.

## 2 DESENVOLVIMENTO E EVOLUÇÃO DOS CONTEXTOS DA FORMAÇÃO

Falar da evolução e desenvolvimento da Biblioteconomia Jurídica em Portugal implica abordar seis dimensões de evolução relacionadas: (i) as *dinâmicas profissionais* – congregando as iniciativas das associações profissionais ou de grupos de profissionais; (ii) as *fases da carreira e profissão de Informação-Documentação* (I-

D) – enquadrando o tipo de carreira validada pelo Estado e as suas alterações; (iii) a *formação em Biblioteconomia/Ciência da Informação* – apresentando a aposta e variedade formativa na área; (iv) *os perfis de desempenho* – reunindo um conjunto de competências chave reconhecidas; (v) *o mercado de trabalho* – alargando ou diminuindo o número e tipologia de empregos e (VI) *as políticas do Ensino Superior* – condicionando a formação generalista ou especializada, beneficiando ainda da análise da história das suas diferentes fases nas várias transições e trajetórias dos profissionais ID que começam agora a ser conhecidas (OCHÔA, 2012).

Neste tipo de análise, assumem particular importância os ciclos académicos, considerados determinantes para a formação da identidade profissional (BARATA, RAFAEL, OCHÔA, 2012), e a análise do contributo da formação de nível superior para o reconhecimento de uma profissão, ao nível da sua credenciação, práticas profissionais exclusivas e certificação de competências.

Na história da profissão e da formação em Biblioteconomia em Portugal residem algumas das explicações para o atraso que se verifica na afirmação de novas especializações, como é o caso da Biblioteconomia Jurídica. No Quadro 1 procura-se sintetizar diferentes contributos de uma grande parte dos investigadores que se têm ocupado do estudo das diferentes fases e estratégias de desenvolvimento e evolução que iremos, de seguida, analisar de forma mais particular.

**Quadro 1: Evolução dos contextos de formação e especialização: dinâmicas e fases**

DINÂMICAS	FASES DE EVOLUÇÃO				
	Carreira	Ciclos académicos	Perfis de desempenho	Mercado de trabalho	Ensino superior
<u><i>Coesão (1973-1985)</i></u> Encontros BAD	Técnico superior	Bibliotecário Arquivista Ciências Documentais (variante biblioteca/ arquivo)	Perfil Generalista Perfil Especializado por função custodial	Bibliotecas, arquivos, outras organizações	<b>2ª Fase – A procura do modelo</b> – 1970– 1980
<u><i>Especialização (1986-2000)</i></u>  Congressos BAD  1º Encontro Carreiras BAD (1997)  <i>Prémio Raul Proença</i> (1999)	Técnico Superior BAD	Curso de Especialização em Ciências Documentais  Master in Science in Information Management (LNETI+ University of Sheffield) (1991–1995)  Mestrado em Gestão de Informação (Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto (1997)	Perfis Especializados	Bibliotecas de várias tipologias  Destaque nas políticas da Sociedade de Informação (Livro verde) , maior visibilidade das competências Bibliotecas jurídicas privadas Bibliotecas sociedades advogados Bibliotecas jurídicas departamentais Bibliotecas jurídicas universitárias	<b>3ª Fase – O arranque tardio</b> (1985–1995) <b>4ª Fase – Mudança de Rumo</b> (1995–2005),

Continua...

Quadro 1: Evolução dos contextos de formação e especialização: dinâmicas e fases-1

DINÂMICAS	FASES DE EVOLUÇÃO				
	Carreira	Ciclos académicos	Perfis de desempenho	Mercado de trabalho	Ensino superior
<p><b>Convergência (2000- )</b></p> <p>Congressos BAD</p> <p><i>Observatório da Profissão de Informação documentação</i> (INCITE +BAD+APDIS+LIBERPOLIS)</p> <p><i>Referencial de formação Catálogo Nacional de Qualificações – Técnico/a de Informação, Documentação e Comunicação</i> (322 – Biblioteconomia, Arquivo e Documentação – BAD)</p> <p>Cursos profissionais, de aprendizagem e de certificação de aprendizagens, de nível 3 e 4 (2008; 2013)</p> <p>Encontros de Informação Jurídica (2004–2008)</p> <p>Observatório das Profissões de Informação– Documentação (eOP–ID) (2014)</p> <p>Fórum de Gestão da Informação (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade nova de Lisboa + INA– Direção Geral da Qualificação da Administração Pública)</p>	Técnico superior	<p>Licenciaturas em Ciência de Informação (a partir de 2001)</p> <p>Mestrado em Ciência da Informação e documentação (Universidade de Évora, 2002)</p> <p>Doutoramento em Ciências Documentais (Universidade do Porto)</p> <p>Doutoramento em Ciência da Informação e Documentação</p> <p>Proposta Curso Especialização em Biblioteconomia Jurídica</p> <p>Doutoramento Informação e Comunicação em Plataformas. Digitais (Universidade do Porto)</p> <p>Doutoramento em Ciência da Informação e Documentação (Universidade de Évora)</p> <p>Mestrados em Ciência da informação e documentação</p> <p>Mestrado em Gestão e Curadoria da Informação</p> <p>Observatório da Ciência da Informação (Faculdade de Letras da Universidade do Porto)</p> <p>Proposta de criação do Observatório do Ensino e da Investigação em Ciências da Informação e Documentação em Portugal (OBSERVA.CID.PT/ CIDEHEUS.Universidade de Évora, 2010)</p> <p>Cursos de pós-graduação em direito intelectual (Faculdade de Direito Lisboa/ Associação Portuguesa de Direito Intelectual)</p> <p>PG em Gestão coletiva e direito de autor (2016–2017) Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas/Sociedade Portuguesa de Autores</p>	<p>Perfis Pós custodiais</p> <p>Perfis Híbridos</p> <p>Perfis Cid em organizações jurídicas</p>	<p>Bibliotecas, arquivos e outras organizações</p> <p>Indefinição de fronteiras organizacionais</p> <p>Bibliotecas jurídicas privadas</p> <p>Bibliotecas sociedades advogados</p> <p>Bibliotecas jurídicas departamentais</p> <p>Bibliotecas jurídicas universitárias</p> <p>Maior invisibilidade das competências tradicionais, maior visibilidade de perfis de competências</p>	<p>5ª Fase <b>Consolidação</b> (2005–2011)</p> <p>6ª Fase Crise económica (2011– ate 2016)</p>

Fonte: Elaborado pelas Autoras.

## 2.1 FORMAÇÃO EM BIBLIOTECONOMIA E A PROFISSÃO DE INFORMAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO (ID)

A evolução da formação em Biblioteconomia em Portugal encontra-se sistematizada nas obras de Ribeiro (2005, 2008), Pinto (2008) e Silva e Ribeiro (2002, 2004, 2010), que a situam desde finais do século XIX (1887), considerando o surgimento do Curso Superior de Bibliotecário Arquivista como pioneiro na Europa. Segundo Pinto (2008) podem considerar-se três fases na história da formação: a fase sincrética e custodial (Século XVIII-1898); a fase técnica e custodial (1898-1980) e a fase científica e pós-custodial (a partir de 1980) em que a Ciência da Informação se desenvolveu.

Os modelos de ensino foram quase sempre de aperfeiçoamento após uma licenciatura, com a existência de um único curso no país - o Curso de Bibliotecário Arquivista ministrado na Universidade de Coimbra. Este curso visava a preparação de profissionais para o mercado de trabalho existente, composto por bibliotecas municipais, bibliotecas populares, bibliotecas universitárias e a Biblioteca Nacional.

A reconversão do curso surge em 1931, passando a ser exclusivamente profissional, com a transferência da tutela da Faculdade de Letras para a Inspeção das Bibliotecas Eruditas e Arquivos, assistindo-se a nova alteração em 1935, com nova passagem para a Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra do Curso de Bibliotecário Arquivista, com a duração de dois anos e um estágio final de seis meses, ao qual se podiam candidatar licenciados em qualquer área do conhecimento. Silva e Ribeiro (2010) caracterizam esta fase como representativa do paradigma custodial, patrimonialista, historicista e tecnicista, projetado no ensino e no desempenho profissional, cujos traços podem ser enunciados pela sobrevalorização das funções de custódia/guarda, conservação e restauro do suporte. Paralelamente, assiste-se à identificação dos serviços de Biblioteca e Arquivo com a preservação da cultura erudita, dando uma importância crescente do acesso ao conteúdo por meio de guias, inventários, catálogos e índices. Um traço importante, segundo estes autores, é a prevalência da divisão e assunção profissional decorrente da criação e desenvolvimento dos serviços/instituições Arquivo e Biblioteca, indutora de um espírito corporativo que fomenta a confusão entre profissão e ciência

Há que referir que a profissão foi durante mais de um século, secundarizada pelo valor dos salários pagos na Administração Pública. Os bibliotecários eram pior pagos do que outros detentores de um curso superior, apesar de acumularem a

formação especializada de mais dois anos para o exercício da profissão, situação que se manteve sem alteração até 1974. Só com a criação da carreira de Bibliotecário, Arquivista e Documentalista na Administração Pública em 1979, se consagrou a especificidade profissional no ordenamento jurídico nacional. O diploma criava três corpos executivos – os técnicos superiores, os técnicos auxiliares e os auxiliares técnicos – valorizando vários níveis de desempenho (OCHÔA, BARATA, 2010).

A corrente de análise da Sociologia das Profissões (GONÇALVES, 2007, RODRIGUES, 2012) ajuda também a compreender o lugar dos saberes académicos na recomposição profissional em Portugal, especialmente em fases de uniformização/indiferenciação/homogeneização das carreiras, como a que estes profissionais vivem desde 2008, ano da extinção das carreiras e categorias profissionais na Administração Pública. Numa dimensão que associa a gestão das carreiras ao desenvolvimento da profissão, alguns autores propõem uma perspetiva que liga uma dinâmica de desprofissionalização à perda de referenciais identitários, com repercussões nas escolhas individuais de desempenho profissional. Esta visão considera que a criação da carreira unicategorial nivela quanto à designação quem entra com quem está no topo da carreira, estabelecendo a diferença apenas ao nível do índice remuneratório (OCHÔA, BARATA, 2010), ignorando os aspetos da especialização no desempenho e iniciando uma fase de (quase) invisibilidade no mercado de trabalho para a profissão (BARATA, OCHÔA, 2015).

Para Dubar e Tripier (1998) o conceito de profissão engloba um trabalho cognitivo (saberes e competências), afetivo (valores e preferências), e ainda conotativo (movimentos coletivos e reconhecimento social), contribuindo para a estruturação dos mercados de trabalho. A sua análise incorpora e sintetiza as teses sócio-históricas sobre as profissões e as interacionistas simbólicas, bem como a abordagem sistémica, focalizada na apreensão das dinâmicas profissionais (GONÇALVES, 2007):

- *não existe uma profissão separada* – para compreender um grupo profissional tem que ser colocado no sistema profissional a que pertence. Cada grupo profissional conhece os seus problemas e clientes face a outros grupos profissionais; Não existe uma profissão unificada.
- *não existe uma profissão única*, mas segmentos profissionais, mais ou menos identificáveis, mais ou menos organizados;

- *não existe uma profissão estabelecida* – existem processos de estruturação e desestruturação profissionais, onde os ritmos históricos, formas culturais, jurídicas e as configurações políticas são variáveis, que atribuem dinâmica aos processos de estruturação de uma determinada profissão. Existem vários modelos de profissionalização segundo os modelos de referência do Estado e dos grupos profissionais;
- *não existe uma profissão objetiva* – existem relações dinâmicas entre instituições ou organizações de formação, de gestão, de trabalho e de trajetórias e histórias biográficas individuais no seio das quais se constroem e desconstroem identidades profissionais.

A evolução da profissão implica assim entender as relações entre as instituições, as organizações de formação e os seus impactos no desempenho profissional, realizando estudos antecipatórios e de meta-análise sobre as necessidades de competências sectoriais e a sua transferibilidade intersectorais, o que releva desta crescente indefinição de fronteiras profissionais e da mudança de foco das competências individuais para os perfis de competências. Nesse sentido, outra área a investigar é a dos impactos dos doutorados na atividade profissional e quais os ritmos de inovação e os ciclos de competências que estão a ser originados por este tipo de qualificações.

Finalmente, importa analisar o discurso profissional especialmente no processo de construção da identidade profissional, realçando as tensões profissionais das transições (LÉVY-LEBOYER, 1996). As identidades são construídas por meio dos discursos, sendo necessário entendê-los como produtos específicos de uma época com práticas e estratégias próprias.

Uma das formas de análise passa pelos estudos bibliométricos incidindo sobre artigos e comunicações elaboradas por profissionais pertencentes a várias gerações. Estudar os efeitos das colaborações profissionais realça igualmente o processo criativo existente, ao caracterizar as recombinações de ideias e os tipos de parcerias entre indivíduos com diferentes percursos formativos, académicos e profissionais. Múltiplas abordagens podem ser realizadas, passando pelo estudo da localização geográfica e tipologia organizacional em que se enquadram cada um dos membros até à análise do seu nível de competências – o nível de complementaridade atingido – e o estatuto profissional, enquadrando-se, dessa forma na análise do valor das externalidades do capital humano e do seu impacto nas dinâmicas da profissão (OCHÔA, 2012).

No Quadro 1 encontram-se sistematizadas três grandes dinâmicas profissionais entre 1973, ano da criação da Associação Profissional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas e 2010, ano do lançamento da Agenda Digital Europeia (2010-2020), subdivididas em etapas de categorização do estatuto profissional face ao Estado, modelos de profissionalização e modelos de discursos profissionais (OCHÔA, 2012):

1. *dinâmicas de coesão (1973-1985)* caracterizadas pela Etapa de valorização profissional ao nível da carreira na Administração Pública e por um modelo de profissionalização híbrido, coexistindo no mercado de trabalho o recrutamento de profissionais qualificados e não qualificados e por um modelo de discurso profissional intergeracional. Os profissionais unem-se em torno da profissão e do desenvolvimento do sistema biblioteconómico nacional, ainda numa fase incipiente e com muitas deficiências face aos restantes países europeus.

2. *dinâmicas de especialização (1986-2000)* caracterizadas pela Etapa de adaptação ao nível da carreira na Administração Pública e por um Modelo de profissionalização especializado, considerado como requisito obrigatório para o recrutamento na Administração Pública e um modelo de discurso profissional geracional. Coexistem dois modelos de profissionalização, correspondente a um modelo de estágio de ingresso na carreira e a entrada direta após frequência do curso de Ciências Documentais (pós 1991). Os profissionais procuram a especialização de competências, acompanhando o surgimento de novos papéis no sistema biblioteconómico, ainda num estágio de atraso em relação aos padrões de bibliotecas existentes na União Europeia.

3. *dinâmicas de convergência (2000-2010)*, caracterizadas pela Etapa de indiferenciação/homogeneização ao nível da carreira na Administração Pública, por um Modelo de profissionalização aberto, permitindo a construção de percursos profissionais individualizados, baseados em competências especializadas e transversais e por um modelo de discurso profissional intergeracional e inter-profissional. Os profissionais desenvolvem competências alinhados com as novas necessidades do mercado da informação europeu, convergindo as políticas nacionais e europeias para o setor.

As fases de desvalorização da profissão justificam a luta pela dignificação profissional nos anos 1960-1974 e as estratégias de especialização dos anos seguintes, com a criação da carreira de técnico superior de biblioteca e documentação

(1991), antecedidos pelo aparecimento dos Cursos de Especialização em Ciências Documentais em 1982 e pela iniciativa conjunta do Laboratório Nacional de Engenharia e Tecnologia Industrial e a University of Sheffield de criação do Master of Science in Information Management (1991).

Outras estratégias foram as organizações dos Encontros e dos Congressos da Associação Profissional BAD, já estudados nas suas dinâmicas de investigação por vários autores, nomeadamente Oliveira (2013) e Vivas e Oliveira (2015) que apresentam uma análise histórica e bibliométrica das oito edições dos Encontros dos Bibliotecários e Arquivistas (a partir de 1973, sob a designação de Encontro dos Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas), realizados entre 1965 e 1983, em Coimbra (1965), Lisboa (1966), Porto (1968), Coimbra (1973), Braga (1976), Aveiro (1978) e Lisboa (1979 e 1983). Os autores consideram que os Encontros assumiram um inequívoco protagonismo na formação de uma identidade profissional e disciplinar dos especialistas da informação portugueses.

Mais recentemente, a criação do Prémio de Investigação Raul Proença, veio distinguir os trabalhos de investigação realizados por profissionais e académicos da área da Ciência da Informação.

Nas décadas seguintes, estas iniciativas foram complementadas pelo aparecimento dos Mestrados em Ciência da Informação e da Documentação, e ainda pelo necessário surgimento do 1º ciclo – as licenciaturas (Universidade do Porto, Universidade de Coimbra, Universidade Aberta) e do 3º ciclo – os doutoramentos (na Universidade do Porto, na Universidade de Évora e, mais recentemente, na Universidade de Coimbra) (LUBISCO; ALVES, 2015). Esta estratégia das universidades reflete a sua crescente autonomia e acompanhou a entrada do país na Comunidade Europeia (CABRAL, 2001) e a necessidade de integrar as políticas para a sociedade de informação nas suas várias fases de desenvolvimento, enfrentando os novos problemas da globalização do conhecimento e competências (MORGADO, 2006, 2009) e as novas necessidades das relações universidade-ciência-sociedade constituindo um ensino de pós-graduação caracterizado por um maior número de mestrado e doutoramentos mais rápidos e mais dirigidos para uma investigação, internacional e competitiva (CABRAL, 2001).

## 2.2 POLÍTICAS DO ENSINO SUPERIOR - FASES DE DESENVOLVIMENTO

As políticas do Ensino Superior têm-se caracterizado por várias fases de desenvolvimento, destacando-se os últimos 40 anos pelos objetivos de expandir, dimensionar e diversificar o modelo de ensino, respondendo à procura crescente (RODRIGUES, 2015, p. 25-26):

*1ª Fase – os antecedentes.* Uma etapa distintiva na construção do sistema científico e no desenvolvimento do ensino superior (1910 – Primeira República– 1970 – últimos anos Estado Novo).

*2ª Fase – A procura do modelo – 1970– 1980,* caracterizada pelas hesitações, avanços e recuos, busca de referenciais de desenvolvimento do sistema científico e de expansão do ensino superior.

*3ª Fase – O arranque tardio (1985–1995),* caracterizada por um modelo centrado no planeamento e na definição de prioridades, pela diversificação das instituições do Ensino Superior e pela expansão do acesso e conseqüente necessidade de dimensionar/regular a procura.

*4ª Fase – Mudança de Rumo (1995–2005),* caracterizada por objetivos de crescimento e de convergência com os países da UE (União Europeia) e pelo abandono dos objetivos de planeamento /definição de prioridades. São criados novos mecanismos de controlo de acesso, com impacto na redução da procura e na redução do número de alunos.

*5ª Fase – Consolidação (2005–2011),* marcada pelo reforço da institucionalização e do crescimento do sistema, através do alargamento disciplinar e da internacionalização. É reforçada a avaliação, autonomia e integração na União Europeia, institucionalizando-se a avaliação externa e a adequação da organização dos ciclos de ensino ao Processo de Bolonha.

*6ª Fase – Crise económica (2011– )*, com uma mudança de orientação, evidenciando perdas de recursos e de autonomia e desinvestimento até finais de 2015. Um novo governo, empossado em novembro desse ano, tem como objetivo retomar as políticas de consolidação do sistema, invertendo a tendência dominante.

Para Gonçalves (2010) as escolhas por determinadas áreas de formação académica e os ritmos de criação dos cursos decorreram sobretudo de lógicas de oportunidade no mercado dos bens escolares, de concorrência entre instituições

académicas na conquista de áreas de formação, de sedimentação e sobrevivência de cada instituição e ainda da ação direta, de grupos de interesse, nos quais se incluem os grupos profissionais. Nesse sentido, o ritmo de sedimentação da área da Ciência da Informação em Portugal, verificou uma aceleração na década de 1990/2000, assistindo-se nos últimos anos a uma mudança, com o desaparecimento de alguns desses cursos e diminuição do interesse pela área.

Paralelamente a estas fases e dinâmicas, tem sido realçado o papel positivo das universidades para melhorar o conhecimento do desenvolvimento da profissão de Informação Documentação (BRAGA, 2006, VAZ, 2006, CARDOSO; CALIXTO, 2010) e os novos critérios de profissionalismo no mercado de trabalho (OCHÔA e PINTO, 2008), combatendo a predominância pela preferência de recrutamento pelos perfis tradicionais/custodiais durante décadas, em detrimento das novas competências oferecidas pelas universidades.

Com a implementação do processo de Bolonha na União Europeia (MORGADO, 2006, 2009) e as estratégias de desenvolvimento da empregabilidade dos diplomados pelo Ensino Superior (CARDOSO *et al.*, 2012), os cursos são avaliados periodicamente, necessitando, desde 2007, da aprovação da A3ES - Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior, uma fundação de direito privado, constituída por tempo indeterminado, dotada de personalidade jurídica e reconhecida como de utilidade pública. Os seus objetivos visam concretizar os critérios de avaliação, de modo a obter a tradução dos seus resultados em apreciações qualitativas; definir as consequências da avaliação efetuada para o funcionamento das instituições e dos seus ciclos de estudos; desenvolver a avaliação da qualidade de desempenho das instituições de ensino superior e dos seus ciclos de estudos; promover a acreditação de ciclos de estudos e instituições, tendo em vista a garantia de cumprimento dos requisitos legais do seu reconhecimento; promover a divulgação fundamentada à sociedade sobre a qualidade do desempenho das instituições de ensino superior e, finalmente, promover a internacionalização do processo de avaliação.

Este processo de avaliação tem obrigado as universidades a garantir uma maior qualidade na oferta formativa, originando o aparecimento e desaparecimento de unidades curriculares e de cursos, o estabelecimento de parcerias inter-institucionais e a valorização da qualificação do corpo docente. Segundo Cardoso e Calixto (2010) o processo de Bolonha exigiu integração de áreas e parcerias entre diferentes departamentos universitários visando a constituição de modelos de formação

interdisciplinar. Ribeiro (2006) identifica alguns dos esforços e premissas necessários nessa fase de transição:

- A premissa de que o processo de Bolonha tem por objetivo atingir a mobilidade europeia e a comparabilidade de graus, visando a aquisição de competências para o exercício profissional que garanta a empregabilidade dos três níveis de cursos;

- A adoção de um novo modelo de ensino/aprendizagem;

- As discussões em torno de um curriculum europeu;

- A oportunidade para a melhoria da qualidade dos cursos existentes.

Na área da Ciência da informação e Documentação deve ser dado destaque às apostas formativas do Ensino Superior Público do Instituto Politécnico do Porto (IPP); da Universidade Aberta (UA); Universidade de Coimbra (UC); Universidade de Évora (UE); Universidade do Porto (UP), Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (FL-UL) e da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (FCSH\_UNL) em conjunto com a NOVA IMS, uns nos 3 ciclos de estudos, outros somente no 2º ciclo ou no 3º ciclo (como no caso do Doutoramento em Informação e Comunicação em Plataformas Digitais da Universidade de Aveiro. Departamento de Comunicação e Arte e da Universidade do Porto. Faculdade de Letras).

Nesta dinâmica, a área do Direito da Informação e da Ética da informação e responsabilidade social, e, nalguns casos da disciplina de Informação e Sociedade, têm vindo a ganhar espaço curricular, marcando a sua presença, tanto nas unidades curriculares obrigatórias, como nas opcionais. Assiste-se igualmente ao surgimento de outras ofertas formativas de carácter específico, como é o caso dos Cursos de Pós-graduação em Direito Intelectual (Faculdade de Direito/ Associação Portuguesa de Direito Intelectual) ou a Pós Graduação em Gestão coletiva e direito de autor, uma proposta do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas/Sociedade Portuguesa de Autores para 2016-2017.

## 2.3 ESTRATÉGIA EUROPEIA PARA CONTEXTOS EDUCATIVOS

A estratégia europeia integra ainda áreas estratégicas em contextos educativos baseados nos princípios da aprendizagem ao longo da vida (1996) e das competências chave (2006): comunicação na língua materna; comunicação em língua

estrangeira; competência matemática e competências básicas em ciências e tecnologias, competências digitais, competências sociais e cívicas: espírito de iniciativa e empreendedor, sensibilidade e expressão cultural. As quatro áreas envolvem:

- as escolas;
- o ensino e a formação profissional;
- o ensino superior;
- a educação de adultos;

O Quadro europeu de certificação para a educação e formação ao longo da vida apresenta-se como um instrumento facilitador da comparabilidade e interoperabilidade dos referenciais de formação e de certificação dos vários países, possibilitando a todos os cidadãos da EU, a acumulação de créditos através da mobilidade geográfica e o longo da vida em duas modalidades:

- ECTS (*European Credits Transfer System*), um sistema de transferência e acumulação de créditos reconhecidos no espaço europeu
- ECVET – um sistema europeu de créditos para as aprendizagens profissionais ECTS<sup>1</sup>

Cabe à ENQA<sup>2</sup> (*Réseau Européen pour l'Assurance Qualité dans l'enseignement supérieur*), gerir as regras de garantia da qualidade (ESG – *European Standards and Guidelines*).

Para as áreas profissionais foram desenvolvidos dois instrumentos – DISCO<sup>3</sup> (*European Dictionary of skills and competences*), um dicionário/*thesaurus* que associa competências com as descrições de postos de trabalho, agrupando-as numa taxonomia a dois níveis (domínios de atividades e qualificações) e a ESCO<sup>4</sup> (*European Skills Competencies Occupations Taxonomy*), que visa a antecipação das necessidades do mercado de trabalho, articulando a profissão, atitudes, competências e certificação. Fruto de um projeto Leonardo da Vinci (2004–2008 na 1ª fase e 2010–2012, numa 2ª fase). Desenvolve-se em quatro domínios (TIC, proteção ambiental, saúde e

---

<sup>1</sup> [http://ec.europa.eu/education/ects/ects\\_fr.htm](http://ec.europa.eu/education/ects/ects_fr.htm)

<sup>2</sup> <http://www.enqa.eu/>

<sup>3</sup> [http://disco-tools.eu/disco2\\_portal/](http://disco-tools.eu/disco2_portal/)

<sup>4</sup> <https://ec.europa.eu/esco/home?resetLanguage=true&newLanguage=fr>

ciências Sociais). O setor I-D encontra-se representado, embora não seja consensual a forma como é feito, pois possui um carácter tradicional.

Ao nível do cidadão, o DIGICOMP (*European Digital Competence Framework for Citizens*) visa o uso crítico e criativo das suas competências chave na sociedade de informação. Desenvolvido no âmbito do quadro de estratégia Europa 2020, possui uma visão prospetiva para cobrir a área do trabalho, empregabilidade, aprendizagens, inclusão e participação social. Descreve 21 competências em cinco domínios de competências: Informação, Comunicação, Criação de conteúdos, Segurança e Resolução de problemas.

## 2.4 RECOMPOSIÇÃO DO CAMPO PROFISSIONAL DE INFORMAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO

Este alargamento científico encontra também correspondência na recomposição do campo profissional, entretanto levada a cabo na União Europeia pela *European Council of Information Associations* (2005), que passa a incluir um conjunto de ocupações que concorrem para um mesmo objetivo comum dentro do conceito de Informação Documentação. Neste referencial, a profissão I-D possui como missão encontrar informação (depois de ter sabido procurá-la), tratá-la de modo a aumentar as suas qualidades de utilização, geri-la, torná-la facilmente acessível e transmiti-la aos que dela necessitem, utilizadores ou clientes.

Integrando 4 grupos de competência (Grupo I – Informação; Grupo M – Gestão; Grupo T – Tecnologias; Grupo C – Comunicação e Grupo S- Outros conhecimentos), o referencial sistematiza os saberes e níveis essenciais ao desempenho, cobrindo, entre outras, as Relações com os usuários e clientes, a Compreensão do meio profissional, a Identificação e validação das fontes de informação, a análise e representação da informação, a Gestão dos conteúdos e dos conhecimentos, Gestão das Coleções e Fundos e a Aplicação do direito de informação. Esta competência visa aplicar as disposições e procedimentos legais, regulamentares e convencionais relativos à atividade da informação e documentação, nomeadamente em matéria de propriedade intelectual e industrial, direitos da personalidade, direito de empréstimo e cópia, liberdade de expressão, proteção dos dados pessoais e direito de imagem, entre outros aspetos.

Beneficiando desta visão europeia convergente o Euro-referencial I-D está preparado para funcionar como a base de um sistema de certificação profissional<sup>5</sup>.

Este referencial constituiu um pilar de desenvolvimento das competências, tanto no âmbito do Catálogo Nacional de Qualificações, com a criação do referencial de dupla certificação profissional de Técnico/a de informação, documentação e comunicação, como pelas universidades, tendo sido especialmente trabalhado e debatido no período de preparação das mudanças do processo de Bolonha em Portugal (BRAGA, 2006, RIBEIRO, 2006, 2008, OCHÔA, PINTO, 2008). O Catálogo Nacional de Qualificações é um instrumento de gestão estratégica das qualificações nacionais de nível não superior e de regulação da oferta formativa, integrando referenciais de qualificação únicos para a formação de dupla certificação (formação de adultos e formação contínua, numa primeira fase) e para processos de reconhecimento, validação e certificação de competências (RVCC), uma estratégia da União Europeia para a melhoria das qualificações dos adultos e em articulação com o Quadro Europeu das Qualificações (QEQ) e o Sistema Europeu de Créditos para a Educação e Formação (ECVET). O processo de criação do referencial para a área da Informação e Documentação foi feito em parceria com a INCITE (Associação Portuguesa para a Gestão da Informação), que constituiu um grupo de especialistas para o efeito (2004 e 2007).

Por seu lado, as associações profissionais (BAD, INCITE, APDIS e Liberpolis<sup>6</sup>) utilizaram-no para constituir a base de trabalho do Observatório da Profissão I-D, nomeadamente no estudo das imagens das competências (PINTO e OCHÔA, 2006) e do Observatório das Profissões de Informação-Documentação (eOP-ID) (2014) na análise da visibilidade destas para a ocupação de postos de chefia em bibliotecas da administração central do Estado (BARATA E OCHÔA, 2015). O OP-ID surge enquadrado por uma proposta de Zita Correia (2001) para que fosse lançado um programa de ação para gerir a mudança no contexto das profissões e das organizações de informação, articulado em torno de dois eixos: um programa de investigação para identificar áreas de importância estratégica para o desenvolvimento

---

<sup>5</sup> <http://www.certidoc.net/>

<sup>6</sup> BAD = Associação Portuguesa de Bibliotecários Arquivistas e Documentalistas; INCITE = Associação Portuguesa para a Gestão da Informação; APDIS = Associação Portuguesa de Documentação e Informação de Saúde; Liberpolis = Associação para a Promoção e Desenvolvimento da Leitura Pública da Área Metropolitana de Lisboa.

do sector da informação em Portugal e um programa de formação que identificasse perfis profissionais estratégicos, competências requeridas e formação adequada para os desenvolver. Estes eixos deveriam ser desenvolvidos num observatório especializado na deteção precoce de tendências. Nesse quadro, a INCITE definiu a observação das situações de aprendizagem e de trabalho e o contexto profissional e organizacional como uma das estratégias prioritárias de abordagem da gestão de competências I-D, propondo a constituição de um Observatório da profissão que agrupasse profissionais das associações do sector em torno destas preocupações ligadas ao desenvolvimento das carreiras e à certificação de competências (OCHÔA, 2012).

Uma das linhas de investigação desenvolvidas pela Universidade do Porto é a da análise dos perfis de desempenho, tendo constituído o Observatório da Ciência da Informação<sup>7</sup>. Um outro Observatório foi pensado na Universidade de Évora para analisar o Ensino e a Investigação em Ciências da Informação e da Documentação, mas não chegou a ser implementado.

A formação e o mercado de trabalho, enquanto esferas relacionadas no campo profissional, estão agora marcados principalmente pela diferenciação causadas pelas iniciativas das universidades, na criação de novas formações ou de renovação das já existentes, acompanhando ou criando transformações no domínio das ocupações profissionais. É o caso do surgimento de uma proposta de 2<sup>o</sup> ciclo em Gestão e Curadoria de Informação, na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, procurando abrir caminho profissional para uma nova designação e competências – o gestor e curador de informação.

O que fica evidenciado é que as transformações a que se assiste no domínio da formação contribuem para as mudanças no domínio da profissão, desempenhando, deste modo, um papel dinamizador. No caso português, verifica-se uma *dispersão identitária*, coexistindo atualmente vários perfis académicos no mercado de trabalho e vários tipos de trajetórias académicas, desde a posse do curso de Bibliotecário-Arquivista, da especialização em Ciências Documentais (anos 80–início 2000), mestrado em Ciência da Informação e Documentação (a partir de 2000) ou a licenciatura ou doutoramento. O aparecimento de doutorados no estrangeiro foi necessário uma vez que a oferta do 3<sup>o</sup> ciclo tardou a ser implementada em Portugal

---

<sup>7</sup> <http://paginas.fe.up.pt/~lci/images/serprofissional/perfis.pdf>

mas, nos últimos anos o seu número tem vindo a crescer. A maior parte dos doutorados já estão inseridos no mercado de trabalho, aliando a experiência profissional à capacidade de investigação científica mas a sua presença em carreiras de ensino é ainda emergente.

Esta diversidade formativa e a procura da consolidação da Ciência da Informação em Portugal (SILVA, RIBEIRO, 2002, 2004, 2013), a fraca gestão e visibilidade das competências (PINTO, OCHÔA, 2006; CARDOSO, 2014) e a progressiva hibridação de saberes na prática profissional (FRIAS; TRAVIESO, 2008) tem-se traduzido também por fases de concorrência académica e profissional, dificultando um maior impacto da profissão ID na sociedade portuguesa.

Várias investigações têm demonstrado que as transformações económicas, políticas e institucionais das últimas décadas não têm influenciado todas as profissões da mesma forma, nem a adequação dos cursos universitários tem seguido o mesmo ritmo de inovação (cf. ARAÚJO, SILVA, OLIVEIRA, 2013; CARDOSO, CALIXTO, 2010, entre outros). No que diz respeito às competências ID, não é expectável que estas se mantenham estáveis, atendendo à preponderância dos empregos digitais, prevendo-se, em paralelo com a especialização, a convergência e o alargamento dos perfis a outras áreas profissionais, constituindo esta evolução o fim de um ciclo e uma das grandes mudanças estruturais que o sector já está a enfrentar (BARATA, OCHÔA, 2015).

Nesta nova dinâmica, a Biblioteconomia Jurídica parece ter uma oportunidade de ganhar novo fôlego como tema de investigação e ensino: o ano de 2016 marca o acordo por parte da Comissão Europeia e do Parlamento Europeu sobre as linhas fundamentais relativas à reforma da legislação comunitária em matéria de dados pessoais, redirecionando novas questões a serem investigadas e consideradas na gestão da informação. As principais alterações introduzidas com esta revisão da atual diretiva incluem: (i) o direito ao esquecimento, (ii) maior informação ao titular dos dados sobre o uso dos dados, (iii) a portabilidade de dados entre prestadores de serviço, (iv) o dever de empresas e organizações notificarem situações de risco elevado às autoridades, designadamente *hacking*; (v) o aumento significativo das penalidades aplicáveis em caso de violação das regras de proteção de dados pessoais (até 4% do lucro global anual). O recentemente criado Fórum de Gestão da Informação (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa + INA- Direção Geral da Qualificação da Administração Pública) propõe-se debater e incentivar a formação nesta área para os funcionários públicos.

Reitera-se pois a saliência dos processos formativos na estruturação dos campos profissionais em torno das questões emergentes e dos novos ciclos de competências/perfis de desempenho que profissionais e organizações procuram desenvolver no mercado de trabalho.

### 3 DESENVOLVIMENTO E EVOLUÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO NUM CONTEXTO DE ESPECIALIZAÇÃO

A atividade profissional do bibliotecário jurídico em Portugal desenvolve-se principalmente no seio da Administração Pública – bibliotecas jurídicas universitárias pertencentes a universidades estatais, bibliotecas departamentais jurídicas ligadas à administração central, bibliotecas de tribunais assim como bibliotecas de outros serviços públicos de âmbito jurídico constituem atualmente os principais empregadores daqueles profissionais.

No entanto, o sector privado, em especial os escritórios de advogados, atualmente em franca expansão em Portugal, adquiriram consciência da necessidade de integrar nas suas equipas profissionais de informação e documentação jurídica, de modo a melhorar o acesso à informação e a usufruir das tecnologias recentes ao dispor da profissão.

O bibliotecário jurídico autónomo, o profissional independente ou *free-lancer*, não possui, neste momento, qualquer peso significativo em Portugal; mesmo aqueles cuja atividade não é desempenhada diretamente em bibliotecas jurídicas desenvolvem serviços em editoras responsáveis por recursos digitais, como criadores de conteúdos em bases de dados jurídicos, indexação e resumos de artigos, além de outras tarefas.

Apresentaremos, de seguida, uma breve classificação das principais bibliotecas jurídicas existentes em Portugal, de modo a podermos avaliar o contexto de especialização profissional inerente, assim como a sua evolução.

Algumas das primeiras bibliotecas jurídicas que surgiram em Portugal conhecidas pelo seu prestígio e dimensão foram as bibliotecas da Procuradoria Geral da República, das Faculdades de Direito das Universidades de Lisboa e Coimbra e a biblioteca da Ordem dos Advogados. Situadas todas em grandes cidades, possuidoras de diferentes missões e destinadas também a diferentes públicos, todas se destacaram no entanto pela riqueza dos seus recursos, situação que continua a justificar ainda hoje a enorme procura de que são alvo.

Algumas bibliotecas de tribunais, entre as quais destacamos as do Tribunal Constitucional e Tribunal Administrativo, desenvolveram as suas coleções de acordo com critérios adequados à procura e necessidades manifestas dos seus utilizadores e constituem hoje relevantes fontes de informação jurídica ao serviço de juristas e público em geral.

### 3.1 BIBLIOTECAS JURÍDICAS UNIVERSITÁRIAS

Distinguem-se pela relevância que assumem para os utilizadores – em especial corpo docente e alunos – e constituem verdadeiros núcleos de estudo e investigação dentro da escola a que pertencem e servem; anteriormente ao *boom* dos recursos eletrónicos, era já opinião assente que as bibliotecas universitárias constituíam o coração da escola, pois era aí que se desenvolvia toda a investigação praticada pelos docentes, com base nas suas coleções e com o apoio dos seus técnicos. Gomes da Silva (1960), professor da Faculdade de Direito de Lisboa, tendo exercido o cargo de Professor Bibliotecário nessa biblioteca, afirmou que *“a importância das bibliotecas é especialmente relevante nas Faculdades de Direito, porquanto a natureza da ciência jurídica, inadequada à experimentação e à observação directa, dá ao livro funções muito mais amplas do que em qualquer outro tipo de ciência. Também ainda segundo este Professor, “Na biblioteca se iniciam os futuros investigadores...as bibliotecas são portanto organismos vivos, em que desempenham funções primordiais não só os livros, mas os catálogos e o próprio pessoal, e até a convivência de estudiosos, por elas originada”.*

As bibliotecas universitárias de hoje, detentoras de valiosos recursos digitais, ao permitir aos utilizadores o acesso à distância a todos os seus conteúdos, continuam a distinguir-se pela relevância no apoio da investigação e do estudo desenvolvidos na escola e fora dela.

É assim que surgem, nos inícios do século passado em Portugal, grandes bibliotecas jurídicas ligadas a grandes escolas de elite. As primeiras Faculdades de Direito, em Lisboa e Coimbra, criadas em 1914 e 1911 respetivamente, ao mesmo tempo que se preocuparam com a criação dos seus cursos e com a angariação de docentes entre os juristas mais conceituados, criaram as suas bibliotecas próprias e deram início ao desenvolvimento das suas coleções. Este foi o período em que a qualidade das escolas era aferida pela dimensão das coleções das suas bibliotecas, pelo que rapidamente as duas instituições referidas se tornaram reconhecidas pela

importância e dimensão dos seus fundos. Este período foi também o início do reconhecimento da Biblioteconomia Jurídica e dos seus profissionais pelas Faculdades de Direito.

Assinalamos, enquanto pertença do Estado, pela dimensão, antiguidade e relevância das suas fontes de informação jurídica não apenas as já referidas bibliotecas das Faculdades de Direito das Universidades de Lisboa e Coimbra, mas igualmente as da Universidade do Porto e da Universidade Nova de Lisboa, de constituição mais recente, datando todas, no entanto, da criação das respetivas Universidades.

Destacam-se, ainda, pela relevância dos seus fundos, enquanto bibliotecas jurídicas universitárias, mas pertencentes a escolas privadas, as bibliotecas das Universidades Católica, de Lisboa e Porto, Lusíada e Autónoma de Lisboa.

### **3.2 BIBLIOTECAS JURÍDICAS DEPARTAMENTAIS**

Trata-se de um conjunto de bibliotecas especializadas em Direito ou de pequenos núcleos existentes em bibliotecas de menor dimensão pertencentes e dependentes, sob o ponto de vista orçamental e de gestão, a instituições públicas ou ministérios. Destinam-se essencialmente aos técnicos destas instituições e também estão abertas ao público em geral.

Estão neste caso as bibliotecas da Procuradoria Geral da República, do âmbito do Ministério Público e destinada a magistrados e a estudiosos do Direito, destacável pela riqueza dos fundos jurídicos, bibliotecas dos serviços centrais do Ministério da Justiça e de outros Ministérios, do Centro de Estudos Judiciários, do Gabinete de Documentação e Direito Comparado, das autoridades de supervisão nacionais, como o Banco de Portugal e a CMVM, entre outras.

### **3.3 BIBLIOTECAS DE SOCIEDADES DE ADVOGADOS**

O mercado das sociedades de advogados cresceu consideravelmente nos últimos anos não só internacionalmente como também em Portugal; resultado da globalização e da internacionalização dos negócios, os então denominados escritórios de advogados passaram a sociedades pela alteração da sua constituição jurídica e tornaram-se empresas poderosas, resultantes de fusões diversas entre os seus pares. Assim, grande número de pequenos, médios ou grandes escritórios de advogados, de

origem nacional ou internacional, fundiram-se dando lugar a sociedades de média ou grande dimensão orientadas para a eficiência e o lucro.

Esta dinâmica das sociedades de advogados teve início em Portugal no último quartel do século XX, tendo-se verificado desde então, não só um acréscimo significativo do seu número, dimensão e colaboradores, como também passaram a assumir um papel relevante na sociedade.

Ao mesmo tempo e, em resultado desta dinâmica, constatou-se um aumento significativo das necessidades de informação para o desenvolvimento da atividade, exigindo recursos cada vez mais sofisticados e profissionais munidos das competências adequadas. A própria informação jurídica passou a ser encarada nestas novas empresas geradoras de lucro, como a matéria prima qualificada indispensável aos negócios, pelo que a qualidade e a rapidez no seu acesso se tornaram fundamentais e levaram à necessidade de um nível de desempenho superior.

Foi assim que nasceu neste período o reconhecimento da importância da Biblioteconomia Jurídica e dos seus profissionais para este sector.

A revolução digital chegou à Biblioteconomia Jurídica nas duas últimas décadas do século XX com sistemas como *Lexis*, *Westlaw* ou *Heinonline*, que exigiram dos profissionais uma literacia computacional que à data não possuíam. A enorme riqueza de conteúdos destas bases de dados adapta-se às novas exigências das sociedades que, simultaneamente, desenvolvem sistemas de informação em *intranet* e *extranet*, apropriados às necessidades internas e dos seus clientes. Alguns destes profissionais, à semelhança do que acontece já noutros países, tornam-se gestores de conhecimento e de informação, responsáveis pelos sistemas de informação destas organizações.

Nasce aqui uma nova especialização profissional, exigente nos processos e nos objetivos, impulsionada pelos novos ambientes tecnológicos e pelas exigências de um sector em expansão.

No entanto, apesar de, inicialmente, em Portugal, algumas destas empresas não terem ainda consciência da necessidade destes profissionais possuírem uma especialização em Ciências da Informação e Documentação (CID), atualmente, são já muitas as sociedades de advogados que ao reconhecer a importância desta especialização para o desempenho da função, procuram e empregam profissionais possuidores das chamadas duplas competências em Direito e em CID.

### 3.4 BIBLIOTECAS JURÍDICAS PRIVADAS

A razão principal porque mencionamos aqui esta tipologia de bibliotecas jurídicas tem a ver com o facto de grande parte delas, desenvolvidas por colecionadores, académicos e juristas ao longo das suas vidas, por meio de aquisições em leilões, antiquários e livrarias, por ironia do destino, terminam na maioria das vezes, após a sua morte, por serem doadas ou vendidas a bibliotecas institucionais, devido ao desinteresse das famílias, à falta de condições para a sua manutenção ou a questões relacionadas com partilhas.

Compete às bibliotecas institucionais que aceitam ou adquirem estas coleções, o seu tratamento e organização, inserindo-as no fundo documental existente ou criando coleções separadas, de modo a respeitar os critérios de organização do colecionador. Trata-se de coleções importantes para o estudo do Direito, que permitem conhecer os interesses individuais do colecionador e constituem também material imprescindível para o estudo destes juristas.

Destacamos, nestas condições, algumas coleções doadas a bibliotecas universitárias, por antigos professores destas escolas, como a biblioteca do Professor Marques dos Santos, na Faculdade de Direito de Lisboa, a do Professor Sousa Franco doada à Faculdade de Direito da Universidade Católica e tantas outras que abundam no país e que integram o espólio jurídico nacional.

## 4 EVENTOS E FORMAÇÃO ESPECIALIZADA

Alguns dos eventos mais relevantes ocorridos em Portugal merecem particular destaque dada a sua influência na formação do bibliotecário jurídico.

### 4.1 ENCONTOS DE BIBLIOTECAS E ARQUIVOS JURÍDICOS

Por iniciativa da Faculdade de Direito de Lisboa e da sua biblioteca, realizaram-se, com o apoio da Associação de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas Portugueses, em 2004, 2006 e 2008 os I, II e III Encontros de Bibliotecas Jurídicas. Inicialmente concebido para os profissionais de bibliotecas jurídicas, a partir do II Encontro, o seu âmbito alargou-se aos arquivos detentores de informação jurídica. O Direito da sociedade de informação, os recursos, o utilizador e o profissional de informação jurídica, foram alguns dos temas tratados nos Encontros que reuniram grande número de profissionais dos dois sectores envolvidos. Procurou-se analisar

também as questões ligadas ao desempenho da profissão e às consequências da sua articulação com as novas tecnologias.

A interdisciplinaridade entre estas duas áreas do conhecimento, bem como o papel complementar dos respetivos profissionais, o jurista e o bibliotecário, foram pela primeira vez objeto de debate público nestes eventos. Também a utilização da bibliometria, enquanto ferramenta da Ciências da Informação e Documentação, na avaliação da produção científica jurídica, foi apresentada e discutida no III Encontro de 2008. Foram ainda dados a conhecer aos participantes alguns dos mais relevantes projetos em curso em Portugal, de âmbito privado e estatal, na área da informação jurídica.

#### 4.2 COLÓQUIOS LUSO-BRASILEIRO SOBRE DIREITO E INFORMAÇÃO

Destinado a especialistas, investigadores e académicos das áreas do Direito e da Ciência da Informação, profissionais e estudantes, realizou-se em 2011, na Faculdade de Direito da Universidade do Porto, o I Colóquio Luso-Brasileiro – a *Informação Jurídica na Era Digital*, no âmbito de um protocolo celebrado entre a Universidade do Porto e a Universidade Federal Fluminense. Temas como a pluri ou interdisciplinaridade, a produção e a gestão da informação jurídica, a comunicação científica, o impacto das TIC no conhecimento científico, propriedade intelectual e responsabilidade, foram abordados neste Colóquio que procurou também debater formas de cooperação científica Luso-brasileira nestas duas áreas. O II Colóquio teve lugar ainda em 2011, em Niterói (*Incursões interdisciplinares: Direito e Ciência da Informação*), o III Colóquio realizou-se no Porto em 2012 (*Direito e Informação: que responsabilidades?*) e, recentemente, em 2016, realizou-se, também na Universidade do Porto, o IV Colóquio (*Direito e Informação na Sociedade em Rede*), que contou tal como os anteriores com a participação de especialistas e profissionais das duas áreas envolvidas, nacionais e estrangeiros, em especial do Brasil.

A importância destes eventos destaca-se, não só pelas temáticas tratadas e pela interdisciplinaridade afirmada entre a Ciência da Informação e o Direito, mas principalmente, pela cooperação científica e académica entre os dois países, pela troca de conhecimentos e experiências necessariamente frutuosas.

### 4.3 CURSO PÓS-GRADUADO DE ESPECIALIZAÇÃO EM INFORMAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO JURÍDICAS

Na sequência da dinâmica criada pelos Encontros de Bibliotecas e Arquivos Jurídicos em Lisboa e, de acordo com as conclusões do I Encontro, foi elaborada em 2004 uma proposta de criação de um curso de especialização em informação jurídica na Faculdade de Direito de Lisboa. A necessidade de criação de uma especialização em Biblioteconomia Jurídica faz-se sentir desde há muito no meio, tendo apenas faltado a vontade política e a iniciativa necessárias.

A oportunidade para a criação deste Curso surgiu com a realização do I Encontro, pelo que nele foi anunciada a sua breve realização, tendo sido posta à discussão dos participantes a respetiva composição e estrutura. Tratava-se de acrescentar à prática biblioteconómica o conhecimento jurídico indispensável à prossecução dos objetivos da profissão.

É um facto conhecido que a maioria dos profissionais do sector possui as competências biblioteconómicas necessárias, sendo as competências em Direito adquiridas apenas por meio da prática com a documentação jurídica. Outra vertente destes profissionais é detentora da formação jurídica necessária (Licenciatura em Direito), mas as competências biblioteconómicas são inexistentes ou necessitam consolidação. Esta situação tornou-se mais evidente nas bibliotecas jurídicas das sociedades de advogados, onde a responsabilidade pelas respetivas bibliotecas era inicialmente entregue a advogados estagiários ou principiantes.

Procurou-se no I Encontro auscultar a opinião não só dos participantes, mas também da BAD, associação profissional representativa do sector biblioteconómico em Portugal. Apesar da constatação do interesse e da aceitação por parte destes profissionais na realização do Curso, lamentavelmente este não se efetuou devido, à partida, a um número insuficiente de inscrições. Razões que se prendem com uma tardia publicitação – o fator novidade necessita de amadurecimento – a crise profissional que à data se fazia já sentir na Administração Pública, o principal empregador destes profissionais, podem justificar o insucesso.

O programa do Curso englobava as áreas científicas das Ciências Jurídicas e da Ciência da Informação e Documentação e dividia-se em dois módulos, que versavam cada uma destas áreas. Possuía uma vertente essencialmente prática, em que se procurava fornecer as competências de pesquisa de informação jurídica necessárias ao

desempenho da prática, bem como os conhecimentos de Direito considerados essenciais. Pretendia-se contribuir para o reconhecimento em Portugal de uma nova área de saber especializado – *as Ciências Documentais Jurídicas*.

A Biblioteconomia Jurídica baseia-se numa interdisciplinaridade em que as Ciências da Informação e Documentação se articulam com as matérias jurídicas, criando um novo ramo do saber que é preciso aprofundar e para o qual se impõe o estabelecimento de princípios e normas. Consideramos indispensável ao exercício da profissão o conhecimento dos conceitos jurídicos fundamentais, das fontes de informação jurídica, a par do saber biblioteconómico.

A principal questão que se coloca relativamente à formação do bibliotecário jurídico reveste-se de uma dualidade/dilema nunca até aqui resolvida, mas sempre questionada:

- Qual a formação de base que deve possuir o bibliotecário jurídico para um eficaz desempenho da profissão? Formação de base em Direito e especialização em biblioteconomia/Ciência da Informação ou formação de base em biblioteconomia/Ciência de Informação e especialização em Direito?

Qualquer que seja a resposta certa, consideramos que para um eficaz desempenho da prática, as competências do bibliotecário jurídico devem ser as designadas “duplas competências” em ambas estas matérias.

A solução de um modelo formativo inter e transdisciplinar, tal como tem sido apontado por Silva e Ribeiro (2002), em que a valência unitária da área científica nuclear – a Ciência da Informação e Documentação – e das suas disciplinas particulares se abrem à interdisciplinaridade, por meio de disciplinas de opção ou de um outro qualquer modelo baseado numa formação jurídica complementar, assente na definição de conceitos essenciais, no conhecimento das fontes e respetivos conteúdos, em suma dos fundamentos jurídicos necessários, deverá ser estudada e discutida no meio, com base em resultados retirados da prática.

## 5 CONCLUSÕES

Ao longo do texto revisitámos as principais características conhecidas e estudadas da Biblioteconomia Jurídica em Portugal, sintetizando sumariamente os critérios que utilizámos para definir a evolução dos contextos, dinâmicas e fases no

Quadro 1, realçando os principais momentos em cada uma delas e fixando pontos de partida para outros eixos de análise.

A evolução histórica esboçada sugere, que ao longo do tempo, as políticas de emprego público registam ciclos de não reconhecimento da profissão-profissionalização e desprofissionalização com fortes impactos no desempenho e na atratividade da profissão. Se na fase de não reconhecimento, a formação foi um precioso aliado na luta profissional, nesta fase de desprofissionalização, é ainda incerto qual será o fator âncora que irá sobressair.

É igualmente possível verificar que a evolução das políticas científicas e académicas foram especialmente importantes nas duas últimas décadas para a Biblioteconomia/Ciência da Informação, fortalecendo a qualidade do corpo docente e a sua qualificação, e melhorando igualmente o desempenho dos seus alunos no mercado de trabalho. Entre os indicadores dessa melhoria, é possível registar o número de licenciados, mestres e doutorados que desempenham funções em muitas organizações públicas e privadas. No entanto, verifica-se não existir ainda uma forte aposta em perfis de competências diferenciados, como é o caso do desempenho em organizações jurídicas.

O que parece ser uma tendência é a oferta de formação em temas jurídicos emergentes, com potencial interesse para públicos de várias áreas académicas. Outra tendência desenvolvida pelos cursos de CI é a de não deixar esquecida a ligação ao Direito e à ética da Informação, sendo oferecidas unidades curriculares obrigatórias ou opcionais nestas matérias.

Pelo que ficou exposto, várias são as questões que se colocam ao bibliotecário jurídico de hoje, algumas extensivas ao bibliotecário geral, especializado ou não, que têm a ver com o futuro da profissão. *Considering the future* é o título que *Richard Danner* deu ao capítulo de um artigo publicado na revista *The Law Librarian*, em que o autor cita afirmações do Professor *Arthur Miller* da Harvard Law School, na reunião anual da Associação Americana de Biblioteconomia Jurídica (AALL). Segundo MILLER, o universo da informação não se encontra numa situação de contração mas sim de expansão, resultando daí um aumento da necessidade de bibliotecários com funções de “mediadores” ou “facilitadores”, de avaliadores e fornecedores da informação disponível, de controlo da formação dos estudantes de Direito em pesquisa jurídica e das tecnologias de recuperação de informação. No entanto, cabe ao bibliotecário jurídico agarrar a oportunidade para aplicar as suas competências a todo o universo

em expansão que é a Biblioteconomia Jurídica, não se deixando ultrapassar por outras profissões como editores, informáticos ou outras pertencentes à área jurídica. (DANNER, 1996).

Compete, pois, ao profissional de informação jurídica agarrar os desafios e oportunidades oferecidas pelo presente e que se adivinham num futuro próximo, para afirmar em Portugal a sua identidade e a relevância da atividade, aproveitando as vertentes do sector atualmente em fase de maior expansão, nomeadamente as sociedades de advogados que têm demonstrado interesse em desenvolver departamentos de gestão do conhecimento como uma estratégia empresarial com vantagens estruturais, corporativas e competitivas, garantindo a qualidade da produção jurídica intelectual externa mas também a memória organizacional e a qualidade dos relacionamentos intra e inter-organizacionais (GONÇALVES, 2015).

Em resultado desta análise, enumeram-se de seguida algumas das linhas de atuação futura que consideramos necessário seguir:

- repensar a formação especializada deste profissional, nos moldes de um Curso pós-graduado, tendo em conta a necessidade da dupla competência, em Ciência da Informação e Direito;
- investir no incremento da cooperação nacional e internacional, por meio de eventos, projetos de investigação em colaboração e outros no âmbito da Ciência da Informação e do Direito, que permitam, por meio do diálogo, da partilha de conhecimentos e experiências entre profissionais das duas áreas, a interdisciplinaridade necessária que conduza à afirmação da Biblioteconomia Jurídica enquanto disciplina;
- promover a investigação e os trabalhos científicos em Biblioteconomia Jurídica.

Uma última nota relevante diz respeito a dois cenários expectáveis no futuro face à crescente adaptabilidade e flexibilidade profissionais: um primeiro, que se prende com a possibilidade de se verificar uma progressiva maior participação de quadros superiores de organizações jurídicas em dinâmicas profissionais ID e em formação especializada, o que, a curto prazo, originaria a necessidade de formação específica e novos perfis e, um outro cenário, ligado a modelos de profissionalização especializados, criados pelas novas formas de gestão de carreiras, em que proactivamente as pessoas criam as sua trajetórias de aprendizagem e desempenho, de acordo com as organizações em que vão trabalhando ao longo da vida.

Ambos os cenários suscitam uma questão a investigar sobre as relações entre as instituições formadoras e as organizações jurídicas e qual o papel que poderão desenvolver numa (possível) reconfiguração teórica e empírica do campo profissional ID.

## 6 REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Ronaldo Ferreira; SILVA, Armando Malheiro; OLIVEIRA, Marlene. A formação tecnológica nos cursos de Ciências da Informação e da Documentação em Portugal. VI Encontro Ibérico EDICIC 2013: globalização, ciência, Informação: **Actas**. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto – CETAC.MEDIA ISB, 2013. p. 727-740.

BARATA, Paulo; OCHÔA, Paula. Profissionais de Informação-Documentação a caminho da invisibilidade: uma reflexão a partir da análise de cargos de direção intermédia na Administração Central do Estado. **Cadernos BAD**, n. 1, jan-jun, p. 7-22, 2015.

BARATA, Ana; RAFAEL, Gina; OCHÔA, Paula. Planeamento e (auto)avaliação de trajetórias profissionais. Tópicos para uma discussão. Congresso BAD, n. 11, Lisboa, 2012. **Actas eletrônicas...** Disponível em: <http://www.bad.pt/publicacoes/index.php/congressosbad/article/view/303>. Acesso em: 15 fev 2016.

BRAGA, Maria Inês Peixoto. O processo de Bolonha e a inevitável mudança na área da Ciência da Informação. **Cadernos BAD**, n. 1, p. 56-67, 2006. Disponível em: <http://www.bad.pt/publicacoes/index.php/cadernos/article/viewFile/803/802>. Acesso em: 1 mar 2016.

CABRAL, João Pina. Novas articulações universitárias – pós-graduação, investigação e massificação. **Análise Social**, 161, xxxvi (4.º), p. 1209-1217, 2001.

CARDOSO Ana Maria; CALIXTO, José António. Modelos de formação em Ciência(s) da Informação: estudo comparativo entre Brasil e Portugal. Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas. Guimarães, 7, 8 e 9, Abr. 2010. **Actas**. Guimarães, 2010.

CARDOSO, José Luís, *et al.* **Empregabilidade e ensino superior em Portugal**. Lisboa: ICS/CIRIUS/ISEG, 2012.

CARDOSO, Sílvia. **Óculos, coque e Shhh!**: Um olhar sobre a auto-imagem e o estereótipo do bibliotecário em Portugal. Dissertação de Mestrado em Educação e Bibliotecas – Universidade Portucalense, Porto, 2014. Disponível em: <http://>

repositorio.uportu.pt/jspui/bitstream/11328/722/1/TMEB%2027.pdf. Acesso 31 jan. 2016.

CORREIA, Zita. **Perfis e competências para os profissionais da informação**. Conferência Nacional Sobre Documentação e Informação na Administração Pública, 1. Lisboa: BAD, 2001.

DANNER, Richard. The effects of information technology on law librarianship: an american perspective. **The Law Librarian**, v. 27, n. 4, p. 207, 1996.

DUBAR, Claude; TRIPIER, Pierre. **Sociologie des professions**. Paris, A. Colin, 1998.

EUROPEAN COUNCIL OF INFORMATION ASSOCIATIONS. **Referencial europeu de informação e documentação**: referencial das competências dos profissionais europeus de Informação e Documentação. Lisboa: INCITE, 2005.

FRIAS, Jose-Antonio; TRAVIESO, Crispulo (eds). **Formación, investigación y mercado laboral en información y documentación en España y Portugal**. Formação, investigação e mercado de trabalho em informação e documentação em Espanha e Portugal. Encuentro Iberico de Docentes e Investigadores em Información y Documentación, 3. Salamanca: Ed. Univ. Salamanca, 2008.

GONÇALVES, Carlos. Análise sociológica das profissões: principais eixos de desenvolvimento. **Sociologia**, 17-18, 2007, p. 177-223.

GONÇALVES, Carlos. Emprego dos licenciados universitários: reflexões em torno de dois estudos. In MARQUES, Ana Paula; ALVES, Mariana Gaió (Org.). **A Inserção profissional de graduados em Portugal**: (re)configurações teóricas e empíricas. Vila Nova de Famalicão: Húmus, 2010.

GONÇALVES, CLÁUDIA LOPES. Perfis de desempenho CID em organizações jurídicas: estudo exploratório. XII Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas: **Actas**, 21-24 outubro 2015, Évora. Disponível em: <http://www.bad.pt/publicacoes/index.php/congressosbad/article/view/1253>. Acesso em: 31 mar. 2016.

LEVY-LEBOYER, Claude. **Gestión de las competencias**. Ed. Gestión 2000, 1996.

LÓPEZ-CÓZAR, Emilio Delgado. **La investigación en biblioteconomía y documentación**. Gijón: Trea, 2002.

LUBISCO, Nídia Maria Lienert; ALVES, Fernanda Melo. Oferta formativa em ciências de Informação: Estudo comparativo aplicado aos países lusófonos. **Ponto de Acesso**, Salvador, v.9, n.1, abr. p. 21–51, 2015.

MARTINHO, Ana. **O bibliotecário jurídico**: identidade e competências profissionais. In Direito e Informação: Encontro Nacional de Bibliotecas jurídicas, 1, Lisboa, 11 e 12 de Novembro de 2004, 2006, pp. 90

MARTINHO, Ana. **Contributo das revistas jurídicas para a comunicação e criação de conhecimento: uma perspectiva bibliométrica**. Alcalá de Henares: Universidad de Alcalá, 2011. (Tese de doutoramento)

MORGADO, José Carlos. Globalização e (re)organização do ensino superior: perplexidades e desafios. **Perspectiva**, v. 24, n. 1, p. 205–228, 2006.

MORGADO, José Carlos. Processo de Bolonha e ensino superior num mundo globalizado. **Educ. Soc.**, v. 30, n. 106, p. 37–62 2009.

OCHÔA, Paula. **Transições profissionais na sociedade de Informação em Portugal**: percursos identitários e ciclos de competências de bibliotecários portugueses (1973–2010). Tese de Doutoramento - Alcalá de Henares: Universidad de Alcalá, 2012. Disponível em: <http://dspace.uah.es/dspace/bitstream/handle/10017/17109/TESES%20PAULA%20OCHOA.pdf?sequence=1>. Acesso em: 31 jan. 2016

OCHÔA, Paula; BARATA, Paulo. Avaliar o desempenho e gerir a carreira numa fase de turbulência: o caso dos profissionais de Informação–Documentação em organizações públicas. X Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas: **Actas**, 2010. Disponível em: <http://bad.pt/publicacoes/index.php/congressosbad/article/view/187> Acesso em: 31 jan. 2016

OCHÔA, Paula; PINTO, Leonor Gaspar. Towards a new model of LIS competences management in Portugal: implications for the praxis and academia studies. **Education for Information**, v. 26, n. 1, p. 43–54, 2008.

OLIVEIRA, Silvana. Roque; MOREIRA, Catarina ; BORBINHA, José; ZULUETA, Maria Ángeles. Uma análise bibliométrica do Congresso Nacional dos Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas (1985– 2012). **Cadernos BAD**, n. 1/2, p. 22–38, 2013. Disponível em: <http://www.bad.pt/publicacoes/index.php/cadernos/article/view/1026> Acesso em: 31 mar. .2016

PINTO, Maria Manuela Gomes de Azevedo. A formação em ciência da informação e documentação: Portugal na contemporaneidade. Lisboa. **Páginas a&b: arquivos e bibliotecas**. v. n.1, p. 7–62, 2008.

PINTO, Leonor Gaspar; OCHÔA, Paula, org. **A imagem das competências dos profissionais de Informação-Documentação**: relatório. Lisboa: Observatório da Profissão de Informação-Documentação (OP-ID), 2006. Disponível em: <http://apdis.pt/download/REL%20ID%202006.pdf> Acesso em: 31 mar. 2016

RIBEIRO, Fernanda. **Formação e mercado de trabalho em informação e Documentação em Portugal**. 2005 Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/578.pdf> Acesso em: 31 mar. 2016

RIBEIRO, Fernanda. Um modelo formativo em Ciência da Informação, de feição europeia e adequado a Bolonha: o caso da Universidade do Porto. **Cadernos BAD**, 1, p. 10–15, 2006.

RIBEIRO, Fernanda. Lis education in Portugal between academia and practice. **Education for information**, 26, p. 33–42, 2008.

RIBEIRO, Fernanda. **Para o Estudo do Paradigma Patrimonialista e Custodial**. A Inspeção das Bibliotecas e Arquivos e o contributo de António Ferrão (1887–1965). Porto: CETAC: Edições Afrontamento, 2008.

RIBEIRO, Fernanda; SILVA, Armando Malheiro. Formação, perfil e competências do profissional da Informação. Congresso nacional de bibliotecários, arquivistas e documentalistas, 8., Estoril, Nas encruzilhadas da Informação e da Cultura: (re)inventar a profissão: **Actas**, 12–14 Maio 2004, Estoril, Lisboa. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo4161.PDF> Acesso em: 31 mar. 2016

RODRIGUES, Maria de Lurdes. **Profissões. Lições e Ensaios**. Lisboa, Almedina, 2012.

RODRIGUES, Maria de Lurdes. Análise cronológica das políticas públicas: ruturas e continuidades. In RODRIGUES, Maria de Lurdes; HEITOR, Manuel (eds.). **40 anos de Políticas de Ciência e de Ensino Superior**. Coimbra: Almedina, 2015, pp. 25–50.

RODRIGUES, Maria de Lurdes; HEITOR, Manuel (eds.). **40 anos de Políticas de Ciência e de Ensino Superior**. Coimbra: Almedina, 2015.

SÁ, Eduardo Alves de. **Bibliographia Jurídica Portugalensis**. Lisboa: Typographia Christovão Augusto Rodrigues, 1898.

SILVA, Armando Malheiro; RIBEIRO, Fernanda. **Das ciências documentais à ciência da informação**: ensaio epistemológico para um novo modelo curricular. Lisboa: Afrontamento, 2002.

SILVA, Armando Malheiro; RIBEIRO, Fernanda. **Paradigmas, serviços e mediação em Ciência da Informação**. Recife: Néctar, 2010.

VAZ, Francisco. A formação em Ciências da Informação e da Documentação. **Cadernos BAD**, n.1, 2006, p.68–76 Disponível em: [http://www.apbad.pt/CadernosBAD/Caderno12006/CadBAD1\\_06\\_FranciscoVaz.pdf](http://www.apbad.pt/CadernosBAD/Caderno12006/CadBAD1_06_FranciscoVaz.pdf) . Acesso em: 09 mar. 2016.

VIVAS, Diogo; OLIVEIRA, Silvana Roque. Os Encontros de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas (1965–1983): estudo histórico e bibliométrico. XII Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas: **Actas**, 21–24 outubro 2015, Évora. Disponível em: <http://bad.pt/publicacoes/index.php/congressosbad/article/view/1289> Acesso em: 31 mar. 2016

**Como citar este artigo:**

MARTINHO, Ana; OCHÔA, Paula. Biblioteconomia jurídica em Portugal: análise da evolução dos contextos de formação e especialização. *Cadernos de Informação Jurídica*, Brasília, v.3, n.1, p. 142–175, jan./jun. 2016. Disponível em: <http://www.cajur.com.br>.